

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.281 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2001



Romeu Tuma, corregedor do Senado, e Ramez Tebet, presidente do Conselho de Ética

Corregedor e Conselho de Ética tomam novos depoimentos sobre a violação do painel

Assessor de José Roberto Arruda e os três funcionários que teriam participado da operação serão ouvidos hoje e amanhã

O corregedor do Senado, Romeu Tuma, ouve hoje Domingos Lamoglia Dias, assessor do senador José Roberto Arruda, que teria recebido a lista de votação resultante da violação do

painel eletrônico do Plenário. Domingos voltará a depor amanhã, no Conselho de Ética, onde também serão ouvidos os três funcionários apontados como participantes da operação.

PÁGINA 3

Plenário discute se privatização da Chesf deve ter plebiscito

Proposta de José Eduardo Dutra que será votada quarta-feira determina a realização de consulta às populações de oito estados sobre a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Também nesta semana, o Plenário discute duas matérias referentes à reeleição. Ambas exigem a renúncia de ocupantes de postos executivos que pretendam concorrer outra vez.

PÁGINA 5



Carlos Wilson anuncia os resultados já obtidos pelo Senado, que lança campanha interna de conscientização

Senado já reduziu consumo de energia em 10%

PÁGINA 5



Para Simon, EUA querem ter países da América Latina como colônias

Roberto Saturnino diz que a adesão "não pode ser feita por uma canetada"

Senadores debatem o ingresso do Brasil na Alca

Roberto Saturnino apresentou projeto determinando a realização de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Alca. Pedro Simon apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que "resista às pressões".

PÁGINA 4

CI EXAMINA CRIAÇÃO DE AGÊNCIAS NO SETOR DE TRANSPORTES

PÁGINA 5

CAS aprecia licença e salário-maternidade para adotantes

PÁGINA 7

Ademir critica aumento de juros e rumos da economia

Senador diz que o governo Fernando Henrique premia a especulação, tem elevado a dívida pública e acumula déficits na balança comercial

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) atacou na sexta-feira, em Plenário, o novo aumento da taxa básica de juros. O senador destacou que, com uma taxa anual de juros de 16%, o Brasil volta a acenar para o capital internacional como um "paraíso dos especuladores", numa atitude subserviente aos interesses estrangeiros.

Ademir Andrade lamentou a política de juros altos do governo e apontou para o aumento da dívida externa brasileira, que, afirmou, saltou de US\$ 132 bilhões em 1994, quando Fernando Henrique Cardo-



Segundo o senador Ademir Andrade, o país se tornou um "paraíso dos especuladores"

so assumiu a Presidência da República, para US\$ 230 bilhões atualmente. Ele classificou de "desastrosa" a administração de Fernando Henrique Cardoso, por "acumular sucessivos déficits na balança comercial".

O senador disse que a política de altos juros decorre do déficit comercial, pois o governo tem necessidade de atrair dólares, para cumprir seus compromissos com a dívida externa.

— Fernando Henrique vendeu ao capital internacional 80% do parque industrial brasileiro e não tem medido esforços, às custas do sacrifício do povo, para pagar uma dívida que é uma bola de neve — disse Ademir, pedindo que a imprensa se aprofunde no assunto.

Para o senador, a má condução da política econômica é mais grave até do que os escândalos envolvendo a Sudam e a violação do painel eletrônico do Senado. Ele condenou ainda a tentativa do governo de privatizar as companhias geradoras de energia.

Em aparte, Roberto Saturnino (PSB-RJ) cumprimentou Ademir pelo discurso e explicou que "a economia brasileira encontra-se numa armadilha, já que não pode crescer, sob o risco de provocar mais importações e ampliar o déficit da balança de pagamentos". A política de juros altos, avaliou, teria a intenção de frear o crescimento brasileiro e atrair capital especulativo.

O projeto que obriga as instituições financeiras federais de atuação regional a divulgar na Internet, semestralmente, seus balanços, será analisado amanhã, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), a medida atinge o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Finan-

Fundos podem ter de divulgar balanços pela Internet

ciamento do Centro-Oeste (FCO) e prevê a divulgação pela Internet de balanços devidamente auditados. A CAE examina também pedido de empréstimo de US\$ 757 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujo objetivo é "fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar as reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal do país". O relator é o senador José Agripino (PFL-RN).

O projeto que cria uma zona de livre comércio em Oiapoque (AP), de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), será apreciado em caráter terminativo pela CAE. O relator, José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer pela rejeição. A mudança das normas para o investimento público em habitação, proposta em projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR), também está na pauta da CAE. Com parecer contrário do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

ciamento do Centro-Oeste (FCO) e prevê a divulgação pela Internet de balanços devidamente auditados. A CAE examina também pedido de empréstimo de US\$ 757 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujo objetivo é "fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar as reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal do país". O relator é o senador José Agripino (PFL-RN).

O projeto que cria uma zona de livre comércio em Oiapoque (AP), de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), será apreciado em caráter terminativo pela CAE. O relator, José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer pela rejeição. A mudança das normas para o investimento público em habitação, proposta em projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR), também está na pauta da CAE. Com parecer contrário do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Comissão de Orçamento vota amanhã contas de FHC

A pauta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê a votação, amanhã, das contas da Presidência da República relativas a 1995. O deputado João Leão (PSDB-BA) emitiu parecer favorável à aprovação. A mensagem tramita desde 1996 e fi-

cou pronta para votação em setembro de 2000. As últimas reuniões da comissão, quando deveria ter sido votada a mensagem, foram adiadas por falta de *quorum*.

Também será votado requerimento do deputado Gilmar Machado (PT-MG) que pede informações

ao MEC sobre a suspensão dos repasses de verbas da merenda escolar a municípios. Ele quer saber qual a base legal da medida, quais os municípios atingidos e que medidas o governo pode tomar contra os municípios que não prestarem conta dos recursos recebidos.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 19/01, sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas (HFA); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, que torna obrigatório o início pelo Senado da discussão e votação dos projetos "que interfiram nas relações federativas"; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 e da PEC nº 45/00, que dispõem sobre a renúncia de candidatas a reeleição; discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 207/95, sobre trabalho escravo; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 152/01, do senador Roberto Requião, solicitando que, sobre o PLS nº 109/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a CAE.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora da Expediente: destinada a homenagear o historiador Caio Prado Júnior pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, que torna obrigatório o início pelo Senado a tramitação dos projetos "que interfiram nas relações federativas"; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 e da PEC nº 45/00; PLS nº 187/99, que amplia o prazo de filiação partidária; PDL nº 47/99, que dispõe sobre a convocação de plebiscito sobre a desestatização da Chesf; e atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: 4ª sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 e da PEC nº 45/00; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 160/01, do senador Antero Paes de Barros, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 22 e 23, de 2001, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 161/01, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 16/01, com o PLC nº 12/00 e o PLS nº 133/99, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 92/01, para contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 757,5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Bird, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira e de gestão de recursos públicos e gerenciamento da dívida, visando fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazo; PLC nº 16/01, que altera normas sobre cadastro, tributação e registro imobiliário de imóveis rurais; PLC nº 97/00, que dispõe sobre a política agrícola; PLS nº 229/95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; PLS nº 274/99, sobre fundos constitucionais; PLS nº 498/99, que cria a Zona de Livre Comércio do Município de Oiapoque (AP); PLS nº 106/00, que estabelece normas para o investimento público em habitação; e Mensagem nº 104/01, que submete o nome de Fernando de

Magalhães Furlan para exercer o cargo de procurador-geral do Cade, com mandato de dois anos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação do setor de transportes; PLS nº 669/99, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 573/99, que disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica; e PLC nº 87/00, que dispõe sobre a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instrução aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-jogador de futebol, Arthur Antunes Coimbra (Zico). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PRS nº 3/01, institui o prêmio João Calmon, a ser conferido pelo Senado a todo prefeito que garantir toda criança na escola; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento dos funcionários do Prodasen Ivar Aves Ferreira, Heitor Ledur e Hermilo Gomes da Nóbrega; do Senado, Domingos Lamoglia de Sales Dias e do ex-funcionário da empresa Kopp, Sebastião Gazolla. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação das matérias remanescentes das pautas nºs 1 e 2, de 2001. *Anexo Luiz Eduardo Magalhães — Ala "C" da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 49/01, que aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações da Corporação Andina de Fomento (CAF), firmado com o Banco Central; Moção de autoria do senador Jefferson Pêres, que manifesta ao governo norte-americano a preocupação e protesto diante da determinação recente do presidente Bush de não endossar a regulamentação das normas para a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, contidas no Protocolo de Kyoto; e exposição de Jacques Guilbaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty, em vista de requerimento oral do senador Roberto Requião; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 4/01, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais; Ofício "S" nº 25/00, encaminha ao Senado anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic); Aviso nº 192/00, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 801/00, bem como dos respectivos relatório de auditoria de desempenho e voto que a fundamentam, realizada junto ao Ibama, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros assuntos, Requerimentos 51/01 e 73/01, solicitando dados bancários do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e outros.

2ª Parte: audiência pública com a presença da ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre a Corregedoria Geral da União, suas atribuições, meios de que dispõe para exercer suas atividades e a relação que deverá manter com o Congresso e demais órgãos aos quais a Constituição confere deveres e poderes semelhantes. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos empresários de jogadores Reinaldo Pitta e Juan Figuer. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Assessor de Arruda presta depoimento hoje à tarde

Domingos Lamoglia Dias, que divulgou nota negando ter recebido a lista com a revelação dos votos dados secretamente pelos senadores na sessão que cassou Luiz Estevão, será confrontado com a versão da ex-diretora do Prodasen Regina Borges

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), ouvirá hoje, a partir das 16h, Domingos Lamoglia Dias, assessor do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). A ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Peres Borges conta que deu a Domingos a lista com os votos secretos dados na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado. Antes do depoimento da ex-diretora, o assessor divulgou uma nota à imprensa sustentando que nunca recebeu tal lista.

Amanhã, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouvirá os depoimentos de Domingos Lamoglia e de outros três funcionários do Prodasen envolvidos no episódio que resultou na violação dos computadores do painel eletrônico de votação do Plenário. Também será ouvido Sebastião Gazzola Costa Júnior, da empresa Panavideo, que prestava assistência técnica ao painel. Os outros três são Ivar Alves Ferreira, marido da ex-diretora e funcionário do Prodasen, Heitor Ledur, que operava os computado-



Caberá ao corregedor Romeu Tuma ouvir o depoimento do assessor do senador José Roberto Arruda

res do painel, e Hermilo Gomes da Nóbrega, também do Prodasen e responsável pelos computadores.

Os quatro depoimentos ao conselho começarão às 17h e não têm horário para terminar. A reunião será aberta, podendo ser transmitida por emissoras de rádio e televisão. Já o depoimento da véspera, de Domingos Lamoglia ao corregedor Romeu Tuma, deve ser feito a portas fechadas. O senador foi encarregado pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, de auxiliar o Conselho de Ética — onde Tuma tem assento — nas investigações.

O Conselho de Ética foi acionado para apurar se o senador Antonio

Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar na conversa que manteve com três procuradores da República, no início de fevereiro. Conforme a revista *IstoÉ*, no encontro, Antonio Carlos teria afirmado que possuía a lista com os votos da sessão secreta que cassou Luiz Estevão. O procurador Luiz Francisco de Souza gravou a conversa e uma cópia da fita acabou nas mãos de repórteres da revista, que a reproduziu. Jornalistas da *IstoÉ* e os três procuradores já depuseram ao Conselho de Ética.

Ao mesmo tempo, uma comissão interna de investigação, auxiliada por peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), concluiu que o painel foi fraudado no dia da cassação. A ex-diretora do Prodasen confirmou ao Conselho de Ética, na quinta-feira, a violação do painel e apontou o senador Arruda como a pessoa que pediu a lista secreta dos votos, a pedido do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Arruda e Antonio Carlos já foram convidados a depor no conselho, o que deverá ocorrer ao final das investigações.

Ramez Tebet diz que fatos denunciados são "gravíssimos"

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou sexta-feira em entrevista à imprensa que as afirmações feitas pela ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) Regina Célia Borges, se comprovadas, caracterizam "fato gravíssimo".

— Como presidente, não posso emitir opiniões. No entanto, se os fatos denunciados forem comprovados, a pena pode ser a cassação — sustentou Ramez Tebet.

Já o relator do processo no Conselho de Ética, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), acredita que concluirá seu relatório



Ramez Tebet: "Se os fatos forem comprovados, a pena pode ser a cassação"

no máximo em 40 dias. Saturnino pediu na última quinta-feira à ex-diretora Regina Célia Borges que liberasse seu sigilo telefônico, para que os senadores pudessem comprovar os telefonemas que ela recebeu do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e de Domingos Lamoglia Dias, assessor de José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Saturnino disse que vai solicitar aos demais funcionários do Senado envolvidos no episódio que façam o mesmo.

Corregedora-geral participa de audiência pública na CCJ

A corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, participa quarta-feira de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para prestar esclarecimentos sobre a corregedoria, suas atribuições e os meios dos quais dispõe para exercer suas atividades.

A presença de Anadyr foi requerida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) com o objetivo de tornar mais claro para o Senado o papel da Corregedoria, órgão recentemente criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em resposta a denúncias de corrupção na administração pública.

No anúncio oficial da criação da Corregedoria, Fernando Henrique disse que Anadyr teria plenos poderes para investigar denúncias de apropriação ou má utilização do dinheiro público. A corregedora-geral será argüida também sobre a relação que deverá manter com o Congresso Nacional e demais órgãos aos quais a Constituição con-

fere deveres e poderes semelhantes. A audiência pública ocorrerá na segunda parte da reunião da CCJ, que tem início às 10h.

A CCJ poderá votar nesta quarta-feira três requerimentos solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, para identificar sua possível participação no desvio de recursos da obra do fórum trabalhista de São Paulo. A quebra de sigilo é extensiva a familiares e sócios de Eduardo Jorge, além de um ex-deputado federal e ex-dirigentes de fundos de pensão e de empresas estatais.

A CCJ examina proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que regulariza a situação dos integrantes da carreira de policial militar do ex-território federal de Rondônia. Além disso, os senadores devem votar projeto, da senadora Marina Silva (PT-AC), que proíbe o registro, como suplente de candidato a se-



Anadyr de Mendonça Rodrigues vai explicar os objetivos e como funcionará a Corregedoria

nador, de parentes até o segundo grau. Segundo Marina, a prática de registrar parentes próximos como suplentes vai de encontro a um dos princípios da administração pública, a impessoalidade.

A pauta da CCJ inclui outras 15 matérias. Entre elas, projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) dispondo sobre a divulgação em diário oficial dos dados constantes de caixa-preta de avião acidentado e de projeto de lei de Marina Silva (PT-AC) determinando o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio.

Para Lauro, senador ofereceu "espetáculo gratuito de teatro"

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) manifestou, sexta-feira, indignação diante do "espetáculo gratuito de teatro" apresentado em Plenário pelo ex-líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), na última quarta-feira. "Ele pretendeu atribuir à funcionária do Prodasen a iniciativa pela quebra do sigilo da votação dos senadores, fugindo às suas próprias responsabilidades", disse.

Para Lauro Campos, é inadmissível que um líder do governo e senador "realize manobras subservientes, transformando-se em 'garoto de recados' do presidente da Casa e exigindo de funcionários que mantenham as atividades suspeitas em segredo até sob tortura", disse.

O senador afirmou que a sociedade brasileira está "exausta, na mais completa desesperança, desalentada ao ver as classes dominantes darem o mau exemplo ao apropriarem-se dos recursos públicos e condenar as camadas carentes a um verdadeiro campo de concentração, sem direitos nem condições mínimas de sobrevivência". Ele leu os dispositivos da Constituição relativos a processo por crime de responsa-

bilidade cometido por presidente da República e considerou Fernando Henrique incluído em vários deles. "Ele comprou votos para permitir a aprovação de seu direito à reeleição, e exerce contínua pressão indevida sobre o Legislativo e o Judiciário para que votem de acordo com suas conveniências", afirmou.

Para Lauro Campos, Fernando Henrique não respeita a independência dos estados da Federação, chegando a invadir Minas Gerais com tropas do Exército brasileiro para proteger sua propriedade particular no município de Buritis. "Ele se valeu de declarações do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, que considerou sua fazenda como símbolo da República, no mesmo nível da bandeira e do hino nacionais", concluiu.



Lauro Campos: Arruda quis "fugir às suas responsabilidades"

Simon pede a FHC que resista à pressão dos EUA

Possibilidade de isolamento do Brasil nas negociações para implantação da Alca não deve assustar o governo, segundo o senador. Ele adverte para o risco de a economia norte-americana dominar todo o continente

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na sexta-feira, para que o chefe do governo brasileiro resistisse “às pressões” dos Estados Unidos em favor da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) durante a reunião de chefes de governo na cidade de Quebec, no Canadá.

No entender do parlamentar gaúcho, os norte-americanos querem transformar “todos os países latino-americanos em colônias”. Ele também manifestou apoio à proposta lançada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) de realização de plebiscito no país para que o povo brasileiro “diga se quer entrar na Alca, quando e como”.

A possibilidade de isolamento do Brasil dentro das negociações da



Simon defende prioridade ao mercado latino-americano

Alca não deve assustar ou impressionar o governo, acrescentou Simon, que lamentou declarações do ministro argentino da Economia, Domingo Cavallo, de que prefere negociar diretamente com os norte-americanos ao invés de encaminhar os entendimentos por meio do Mercosul.

Simon fez a defesa da proposta integracionista representada pelo Mercado Comum do Sul e lembrou o sucesso da União Européia, que depois de séculos de divergências e guerras construiu ao longo de meio século de entendimentos um mercado comum, moeda comum, parlamento supranacional e um bloco econômico que, hoje, é o único em condições de equiparar-se ao poderio dos Estados Unidos.

O senador destacou os exemplos

do Japão e dos Tigres Asiáticos na busca de caminhos próprios para seu desenvolvimento e integração regional, lamentando a pressão brasileira em adotar a globalização e a abertura de suas fronteiras. Simon lembrou que essa abertura começou no governo Collor e prosseguiu com Fernando Henrique. Ele repudiou a política de privatizações que vendeu, “de forma suspeita, que precisará ser esclarecida por uma CPI”, estatais que foram fundamentais para alavancar o crescimento.

Para Simon, o governo brasileiro deve persistir na implantação do Mercosul e na criação de um grande e integrado mercado latino-americano, antes de concluir qualquer entendimento com os Estados Unidos em torno da Alca. Do contrário, concluiu, a economia norte-americana dominará todo o continente, a exemplo do que a sociedade norte-americana já faz com o mundo, por meio da música, do cinema e da língua.



Paulo Hartung é o autor do voto de censura ao presidente Bush por não cumprir Protocolo de Kyoto

CRE analisa voto de censura ao presidente norte-americano

O requerimento de voto de censura à decisão do presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, de não cumprir o Protocolo de Kyoto, que dispõe sobre a implementação de medidas para proteção do meio ambiente, será analisado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em reunião convocada para amanhã, às 17h30. O requerimento foi apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), e o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) foi designado para elaborar parecer sobre o pedido.

A CRE também deverá apreciar moção de autoria do presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), com manifestação ao governo norte-americano de preocupação e protesto diante da determinação mani-

festada recentemente pelo presidente Bush de não endossar a regulamentação das normas para a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, contidas no Protocolo de Kyoto.

A comissão examinará ainda a indicação de dois embaixadores para representar o Brasil junto à Jamaica e à Iugoslávia. Os embaixadores indicados são Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, para a Jamaica, e Rubem Amaral Júnior, para a Iugoslávia. Ao final da reunião, atendendo a requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o ex-diplomata Jacques Guilbaud fará exposição sobre as causas de sua demissão do Itamaraty. Na avaliação de Requião, Jacques Guilbaud foi demitido por ter denunciado a compra superfaturada da sede da embaixada do Brasil em Lisboa, durante a ditadura militar.

Saturnino condena a demissão de embaixador

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) voltou a protestar contra a demissão, no último dia 27, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que ocupava a direção do Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty, por emitir opiniões contrárias à adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Saturnino pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo do embaixador, publicado no *Jornal do Brasil* de sexta-feira, alertando para o risco de o país perder sua soberania caso admita a abertura de seu mercado para os Estados Unidos.

Para Saturnino, o embaixador é um servidor público interessado na defesa dos interesses nacionais e vinha exercendo a direção do IPRI de maneira exemplar. Sua demissão, disse o senador, foi um ato lamentável do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.

— Ele não pode ser impedido, sua boca não pode ser tapada com uma mordada. Ele foi punido por exercer sua cidadania e exercia a tarefa de pesquisador que tem compromisso com a verdade e não com um governo que não tem noção do que seja a soberania brasileira.

Para o senador, o artigo demonstra que o embaixador não poderia permanecer calado. No texto, Pinheiro Guimarães afirma que a entrada incondicional do Brasil na Alca

significa a eliminação da capacidade soberana do Estado brasileiro de promover o desenvolvimento.

— O Brasil não poderá mais exercer políticas industriais, comerciais, tecnológicas, capazes de criar vantagens comparativas, não poderá mais utilizar o poder de compra do Estado para fortalecer a empresa nacional. Depois da Alca, o Brasil se tornará ainda mais indefeso diante do poder dos detentores de tecnologia — afirma o embaixador no artigo lido por Saturnino.



Saturnino destaca artigo em que embaixador alerta para risco à soberania

Para senador, o povo deve decidir

O senador Roberto Saturnino anunciou que apresentou projeto de decreto legislativo para que seja feito um plebiscito, junto com as eleições de 2002, a fim de que o povo diga se quer participar da Alca. Na opinião de Saturnino, o processo de criação de um bloco econômico nas Américas deve ser feito nas mesmas bases do mercado comum europeu.

— A Alca, como disse o embaixador, vai acabar com a nação brasileira. A adesão do Brasil não pode ser feita por uma canetada do presidente ou do ministro das Relações Exteriores — disse, defendendo a consulta à população.

Em apertado, os senadores Tião Viana (PT-AC) e Lauro Campos (sem partido-DF) associaram-se ao protesto de Saturnino. Tião Viana afirmou que o embaixador é um “patrimônio da intelectualidade brasileira, vítima de uma decisão autoritária, arrogante e injusta”. Lauro disse ser integrante do rol de pessoas que têm alta consideração pelo embaixador. Em sua opinião, a extensão do Nafta (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) até a Patagônia para resolver a crise de falta de mercado pode ser um desastre para o Brasil.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Senado dá absoluta prioridade ao Mercosul e considera que muitos estudos devem ser feitos até que se fale na adesão à Alca. Ele alertou o presidente Fernando Henrique Cardoso para o que chamou de “absurda pretensão americana”.

O que é o Protocolo de Kyoto

• O Protocolo de Kyoto da Convenção sobre Mudança de Clima prevê a redução das emissões dos gases causadores do efeito estufa.

• Para as nações em desenvolvimento, o protocolo contempla um mecanismo para financiar o desenvolvimento limpo, a ser criado com o apoio dos países desenvolvidos.

• Para os países mais ricos, principais responsáveis pelo efeito estufa, é prevista uma redução média de 6% nas emissões de gases até 2012. Eles têm de demonstrar até 2004 progresso nos compromissos assumidos.

• Embora cientistas e ambientalistas considerem as metas modestas, o protocolo ainda precisa da ratificação de pelo menos 50 países para entrar em vigor.



Plebiscito poderá decidir sobre venda da Chesf

Autor da proposta, José Eduardo Dutra argumenta que, no momento em que o governo anuncia medidas para privatizar a empresa, é conveniente que seja ouvida a população dos oito estados por ela abrangidos



Também será apreciado projeto de Juvêncio da Fonseca sobre a política de recursos hídricos

CI analisa projeto que reestrutura transportes

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, às 10 horas, para apreciar sete proposições, entre elas projeto de lei oriundo da Câmara, de iniciativa do presidente da República, que dispõe sobre a reestruturação do sistema de transportes. O projeto cria quatro novos órgãos para gerir o setor: o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

O setor de energia elétrica também deve suscitar debates na CI, pois é tratado em três dos itens da pauta. Um deles é o projeto do Executivo que disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica. Outro, da Câmara, estabelece a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz. O terceiro trata de uma proposta para realização de seminário sobre o setor energético nacional, em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros.

Também está na pauta projeto de lei de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que altera a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos. A CI vai examinar ainda projeto de lei do então senador Luiz Estevão que trata da preservação da concepção urbanística de Brasília.

O Plenário do Senado decide nesta quarta-feira se as populações de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe serão ouvidas em plebiscito sobre a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

O projeto é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para quem é fundamental que essa decisão seja precedida de audiência da população dos estados abrangidos pelas ati-

vidades de geração, transmissão e distribuição da energia da Chesf.

Dutra alega que, no momento em que o governo federal anuncia a adoção de medidas concretas para privatizar a empresa, é conveniente que a população diretamente interessada se manifeste a respeito, até porque a empresa atua há 50 anos gerando energia para esses estados.

Amanhã, os senadores votam projeto de iniciativa do gover-

no criando 1.013 empregos públicos no Hospital das Forças Armadas. São 176 cargos de especialistas na área médico-odontológica, 110 na área complementar de saúde e 727 empregos de técnicos de saúde de nível médio. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é favorável à proposição.



Dutra lembra que a Chesf gera há 50 anos energia elétrica para aqueles estados

Plenário examina propostas da reforma política



Jorge Bornhausen é autor de projeto de lei que fortalece a fidelidade partidária

Realiza-se amanhã a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, de governadores e de prefeitos que desejarem disputar a reeleição. A proposta tramita em conjunto com outra, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que obriga a renúncia, até seis meses antes do pleito, dos governadores e prefeitos que desejarem se reeleger.

Na quarta-feira, o Plenário vota em segundo turno propos-

ta de emenda constitucional estabelecendo que terá início no Senado, e não na Câmara, a votação dos projetos concernentes à estrutura federativa. O texto é um substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à iniciativa do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

No mesmo dia, além de homenagear o historiador Caio Prado Júnior, no transcurso do décimo ano de seu falecimento, o Senado vota projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) destinado a ampliar de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação partidária para

que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo. O parlamentar quer limitar o troca-troca de partido, exigindo um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e sua agremiação.

Também será votado projeto de lei de autoria do então senador Júlio Campos que altera dispositivo do Código Penal para redefinir os crimes referentes ao trabalho escravo. O texto determina que, se a pessoa reduzida à condição análoga à de escravo for obrigada a praticar ato ilícito ou imoral, a pena para o agressor é de seis a dez anos de reclusão.

Senado já reduziu em 10% o consumo de energia elétrica, diz Carlos Wilson

Como parte do esforço nacional para economizar energia, o Senado reduziu em 10% o consumo de eletricidade nas suas dependências. A informação é do primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE). Ele explicou que, com medidas simples para evitar o desperdício, como apagar as luzes, desligar os elevadores às 21h e diminuir o trabalho da gráfica em um dia, o Senado conseguiu reduzir o gasto de energia aos patamares esperados.

— Com isso, estamos demonstrando ao país que, através de uma economia racional, nós podemos contribuir para que amanhã não venha a faltar energia no país. O Senado teve a iniciativa, que, espero, possa ser seguida por outros setores da administração

pública e também pela população — afirmou Carlos Wilson, que obteve as informações do diretor-geral da Casa, Agacieli da Silva Maia.

A partir desta semana, a economia de energia será motivada por uma campanha interna. Cartazes elaborados pela Secretaria de Comunicação Social foram espalhados pelos corredores da Casa e os servidores receberão um *folder* que explica os procedimentos necessários para reduzir o gasto de energia. Finalmente, nos computadores, ao iniciar o navegador na Internet, aparecerá uma janela incentivando o usuário a

poupar e, entre outras iniciativas, a apagar a luz sempre que não houver ninguém na sala.

Carlos Wilson expressou sua satisfação com as iniciativas já adotadas, que considera suficientes para atingir a meta de 10% de economia, conforme determina o Ato nº 4 do atual primeiro-

secretário.

— Pelas informações que tenho, o Senado vai demonstrar, no final deste mês, que houve redução de 10% no consumo. E não houve muito sacrifício. O que houve foi uma fiscalização maior e uma conscientização do funcionalismo do Senado, que se empenhou para cumprir esse ato. Quero agradecer aos funcionários que fizeram esse trabalho, que é da maior importância para o povo brasileiro — disse Carlos Wilson.



Eduardo destaca avanços no estado do Tocantins

Criação da Universidade Federal e construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães marcam desenvolvimento, segundo o senador

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou duas conquistas importantes para seu estado: a criação da Universidade Federal do Tocantins e a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Para ele, as duas realizações representam um marco nas áreas educacional e energética do estado, respectivamente.

Segundo informou o senador, a comunidade acadêmica tocantinense está às voltas, neste momento, com a discussão da forma jurídica que irá viabilizar a absorção da estrutura da Universidade Estadual do Tocantins

pela nova instituição de ensino federal. "Nossa preocupação é a de que o modelo multicampi (unidades descentralizadas), considerado eficiente pela população, seja totalmente aproveitado pela Universidade Federal do Tocantins", declarou.

Eduardo Siqueira Campos atestou o sentimento de gratidão e alegria de professores e alunos com os avanços no processo de implantação dessa unidade de ensino superior. Reconheceu ainda o mérito do trabalho do professor Eurico Vieira, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

à frente da comissão responsável por estruturar a instituição.

Quanto à usina Luís Eduardo Magalhães, o senador pefelista disse acreditar que o lago deverá ser inundado pelas águas do Rio Tocantins em outubro próximo. Diante de realizações desse porte, revelou Eduardo, está retribuído o esforço da bancada parlamentar do estado no Congresso. "O país não se pode deixar abater por crises momentâneas", declarou Eduardo Siqueira Campos, reafirmando seu propósito de continuar apostando no progresso nacional.

Patrocínio: Senac gera empregos em Palmas

A inauguração da sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na cidade de Palmas, capital do Tocantins, prevista para maio, foi enaltecida pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) na sessão plenária de sexta-feira. Para ele, com a entrada em operação da unidade, Palmas ganhará mais empregos, gerando renda e desenvolvimento para toda a região.

Carlos Patrocínio informou que o início do funcionamento da sede do Senac de Palmas implicará a contratação de um número significativo de instrutores. Com isso, observou, estará assegurada a multiplicação de ganhos sociais e econômicos por meio da qualificação profissional de milhares de trabalhadores.



Carlos Patrocínio prevê que unidade do Senac oferecerá cursos a 15 mil pessoas por ano em Palmas

O senador informou que as obras do Senac de Palmas irão consumir cerca de R\$ 5 milhões, e que a sede terá uma área de 3.640 metros quadrados. Quando a unidade estiver em pleno funcionamento, acrescentou, será possível o atendimento a cerca de 15 mil pessoas por ano, em cursos de curta, média e longa duração.

Carlos Patrocínio observou que a retomada da atividade econômica do país mostrou a carência, em alguns setores, de trabalhadores capacitados e especializados. "Os que existem, treinados no Senac e em outros serviços de aprendizagem que constituem o 'Sistema S', são muito disputados pelas empresas", concluiu.

CE vota proposta que dá prêmio a prefeito exemplar

A Comissão de Educação (CE) deve votar amanhã, em reunião que começa às 11h30, projeto de resolução de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que institui o Prêmio João Calmon, a ser conferido pelo Senado aos prefeitos que conseguirem colocar todas as crianças de seus municípios na escola. João Calmon, senador já falecido, é um símbolo da educação, por ter sido o principal defensor da vinculação obrigatória de recursos do orçamento para a educação. Está ainda na pauta da CE, que é presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), projeto de lei de autoria do deputado Padre Roque (PT-PR) que altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A comissão votará também projeto de lei da Câmara dos Deputados que dá ao Aeroporto de Uberlândia (MG) o nome de Aeroporto Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato e projetos de decreto legislativo que renovam ou concedem permissões para funcionamento de diversas rádios.



Ricardo Santos preside a Comissão de Educação do Senado

OS ÍNDIOS NO BRASIL*

Em 1500, os povos indígenas somavam entre 2 e 6 milhões de pessoas.

Existem hoje, aproximadamente, 300 mil índios no Brasil.

São 215 povos indígenas, com variados graus de contato.

Cerca de 170 línguas indígenas são faladas no país.

* Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

Questão indígena é tema de debate na TV Senado

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e o coordenador-geral de Defesa dos Direitos Indígenas, Sebastião Terena, analisam a questão indígena no programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje. Eles assinalam as conquistas dos últimos anos e o que é preciso fazer para melhorar a qualidade de vida dos índios brasileiros. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

No programa *Entrevista* que vai ao ar também hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30, o assunto é a educação de adultos. Como convidada, a deputada federal Esther Grossi (PT-RS) fala sobre a ONG Grupo de Estudo sobre Educação e Metodologia de Pesquisa, que há 30 anos prepara professores alfabetizadores. O *Entrevista* é exibido às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30.

A diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Ana Cristina Barros, é a convidada do programa *Entrevista* das 18h30. Ela fala sobre as principais queixas dos institutos ambientalistas

em relação aos programas do governo para desenvolvimento da região amazônica.

A TV Senado comemora os 41 anos da capital do país no especial *Brasília 2001*. Uma homenagem à cidade idealizada por JK e projetada por Lúcio Costa. O especial vai ao ar às 4h, 6h, 9h e 12h.

O programa *Fala Cidadão* trata da crise na base governista, depois de comprovada a violação do painel eletrônico da sessão secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão; da CPI da corrupção e da discussão em torno do projeto que regulamenta a criação de cães agressivos; e do que prevê o fechamento dos manicômios no país. O *Fala Cidadão* é exibido hoje às 5h e 13h.

O programa *Idéias* de hoje discute as desigualdades sociais no país, lembra do massacre de Eldorado dos Carajás e debate a lei que obriga os planos de saúde a fazer cirurgia reparadora nas mulheres com câncer de mama. O *Idéias* vai ao ar às 3h, 8h, 11h30 e 19h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Mozarildo Cavalcanti e o coordenador-geral de Defesa dos Direitos Indígenas, Sebastião Terena, falam sobre as questões indígenas no novo milênio
7h30 — *Entrevista* — A dep. Esther Grossi fala sobre educação de adultos
8h — *Idéias* — Os senadores: opiniões, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — As emoções e o coração — Parte 1
9h — *Especial* — Brasília 2001
9h30 — CPI do Roubo de Cargas (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — *Especial* — Brasília 2001
12h30 — *Entrevista* — A dep. Esther Grossi fala sobre educação de adultos
13h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos

apresentados pelos senadores
13h30 — *Cidadania* — O sen. Mozarildo Cavalcanti e o coordenador-geral de Defesa dos Direitos Indígenas, Sebastião Terena, falam sobre as questões indígenas no novo milênio
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, fala sobre desenvolvimento sustentável da Amazônia
19h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
19h30 — *Cidadania* — O sen. Mozarildo Cavalcanti e o coordenador-geral de Defesa dos Direitos Indígenas, Sebastião Terena, falam sobre as questões indígenas no novo milênio
20h30 — *Entrevista* — A dep. Esther Grossi fala sobre educação de adultos
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Dois projetos em favor da mulher foram aprovados pelo Plenário

Também foi acolhida pelos senadores proposta de emenda constitucional isentando de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão

A aprovação de dois projetos de lei em defesa da mulher, de uma proposta de emenda constitucional que isenta de impostos os cadernos escolares e de projeto que obriga as emissoras de rádio e televisão a padronizarem o volume das transmissões durante os intervalos comerciais marcaram a atuação do Senado na semana passada.

Os senadores aprovaram projeto estabelecendo que o superior hierárquico ou familiar que abusar de sua autoridade para importunar o subalterno no propósito de obter favores sexuais estará cometendo crime de assédio e sujeitando-se a um ou dois anos de detenção, pena que poderá ser cumprida com punição alternativa ou em regime semi-aberto.

A matéria teve origem na Câmara, assim como o projeto que obriga os planos privados de saúde a realizarem a cirurgia reparadora de mama, nos casos de mutilação decorrente de tratamento contra o



Senadores votaram na semana projeto que prevê pena de até dois anos de detenção para o crime de assédio sexual

câncer. O projeto corrige omissão da lei que regulamentou a atuação dos planos privados de saúde.

De autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), foi aprovada, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional isentando de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Aprovado por 62 votos favoráveis e dois contrários, o texto precisará ainda ser

votado em segundo turno antes de ser enviado à Câmara.

Em defesa da matéria, Sebastião Rocha disse que seu objetivo é propiciar a um país pobre o barateamento de um item fundamental no processo educacional. Lembrando que o Brasil tem índices alarmantes de miséria e analfabetismo, ele apresentou dados segundo os quais chega a 23 milhões o número de indigentes no país.

Também em defesa da matéria, o senador José Fogaça (PMDB-RS) argumentou que, hoje, o Brasil concede isenção tributária para revistas eróticas e pornográficas e não para livros escolares. Daí por que pediu enfaticamente que o Senado aprovasse o projeto.

Apresentado pelo senador Lauro Campos (sem partido-DF), o projeto que preserva os ouvintes e telespectadores contra o aumento do áudio durante as inserções comerciais incumbe o Executivo de criar mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, assim como do dever de fiscalizar o seu cumprimento. A norma aprovada determina que os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens padronizem seus sinais de áudio, evitando a elevação injustificável do volume.

Durante a semana, o Plenário aprovou ainda decretos legislativos renovando ou outorgando autorização para o funcionamento de 14 emissoras de rádio.

CAS analisa licença e salário-maternidade para adotante

As mulheres que optam pela adoção ou que tenham obtido guarda judicial de crianças poderão vir a ter direito a licença e salário-maternidade. Dois projetos de lei que modificam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serão analisados na reunião da



Maldaner: benefício para a mulher adotante

Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira a partir das 9h. Os projetos, que tramitam em decisão terminativa, são de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), e contam com parecer favorável do ex-senador Júlio Eduardo (PV-AC), que é suplente da senadora Marina Silva (PT-AC).

A CAS também apreciará o projeto de lei que obriga e disciplina a instalação de telefones especiais para surdos em locais públicos, como escolas para surdos, hospitais, delegacias, repartições públicas, postos telefônicos etc. O projeto é de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), apresentou substitutivo estabelecendo que 4% dos telefones instalados em locais públicos sejam adaptados para deficientes auditivos e por usuários de cadeiras de rodas.

Seguro para trabalhador sazonal teve destaque nas comissões

Entre as decisões tomadas na semana passada pelas comissões técnicas do Senado, foi aprovado projeto que garante aos trabalhadores rurais sazonais ou contratados por períodos de safra direito ao seguro-desemprego, desde que dispensados sem justa causa ou em função do término do prazo do contrato de trabalho.

De autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o projeto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Caso não haja recurso para que seja também submetido ao Plenário, irá à deliberação da Câmara dos Deputados.

A CAS aprovou também projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que limita em 25% do total dos empregados o número de trabalhadores com relações de emprego beneficiadas por incentivos fiscais, financeiros ou sociais, que impliquem redução no custo da mão-de-obra. O projeto, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), abrange empresas com mais de 30 empregados.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovada

a criação de agências reguladoras para os transportes terrestres e aquaviários. A matéria, oriunda do Executivo, também institui o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e cria o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. A proposta aprovada foi um substitutivo da Câmara, que recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), com diversas emendas.

Apesar das restrições do senador Amir Lando (PMDB-RO), que viu possíveis inconstitucionalidades na proposta, a CCJ também aprovou relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável a projeto do governo que estabelece medidas para evitar a negociação irregular de terras públicas, conhecida como grilagem.

Por sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), criou comissão para receber propostas que possam aprimorar e dar maior transparência ao sistema de votação eletrônica no país. Além de Requião, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Bello Parga (PFL-MA) integram a comissão.



CAS aprovou em caráter terminativo o seguro-desemprego para trabalhador sazonal

Também na semana, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, confirmou que o governo está concluindo estudos para extinguir as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). E em audiência pública das Comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, o ministro de Minas e Energia, José Jorge, afirmou que o governo não tem pressa em privatizar a hidrelétrica de Furnas.

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o roubo de

cargas em todo o país aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de 40 pessoas e empresas relacionadas a Ari Natalino da Silva, acusado de receptação de carga roubada, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e falsidade ideológica.

E a CPI do Futebol ouviu os procuradores da República Celso Antonio Três, do Rio Grande do Sul, e Raquel Branquinho, do Rio de Janeiro. Eles apresentaram os resultados das investigações do Ministério Público sobre a atuação das casas de bingo. Celso Três disse que, do trabalho de apuração na Região Sul, surgiram fortes indícios de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e corrupção.

Tião Viana quer mudar liberação de medicamentos

Matéria publicada pelo *Correio Brasileiro* na última quinta-feira a respeito de 17 remédios que tiveram a sua venda proibida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) levou o senador Tião Viana (PT-AC) a cobrar do Senado uma discussão sobre projeto de lei de sua autoria exigindo que as autoridades levem em conta os laudos divulgados pela Organização Mundial da Saúde para liberar ou proibir a comercialização de medicamentos.

O senador alertou para o fato de que mais de 150 remédios que tiveram a sua venda proibida em 160 países são comercializados no Brasil. De acordo com Tião Viana, a Novalgina, tão popular no país, encaixa-se bem nesse exemplo. Ele afirmou que a indústria farmacêutica alega não poder retirar esses remédios do mercado sem ter substitutos. Por isso propôs que se defina um prazo para que essas multinacionais fabriquem outro remédio que cumpra a mesma função.

Outra preocupação do senador é a falta de articulação entre as ações da Anvisa e as agências de vigilância sanitária de estados e municípios.

Nabor elogia consulta ao Congresso sobre Sudam e Sudene

Decisão do governo de propor mudanças nos dois órgãos por meio de projeto de lei, e não por medida provisória, traz mais tranquilidade, diz senador. Dessa forma, salienta, os parlamentares poderão opinar sobre as novas agências

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) expressou, na sexta-feira, sua satisfação diante da informação dada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de que o governo vai propor as mudanças na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na do Nordeste (Sudene) por meio de projeto de lei, e não por medida provisória, como estava sendo cogitado.

— Isso nos dá tranquilidade, pois os parlamentares poderão aprofundar os estudos já realizados pela equipe do ministro contendo a nova formulação para os dois organismos a serem criados em substituição às superintendências e que devem estar mais condizentes com a

realidade do país — disse.

Nabor considerou positivo o resultado da reunião conjunta realizada na terça-feira entre as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC) para ouvir o ministro da Integração Nacional sobre os planos do governo para a extinção da Sudam e da Sudene.

— O ministro foi bastante elucido e claro na avaliação de desempenho dessas duas agências de desenvolvimento que prestaram tantos serviços às regiões Norte e Nordeste nesses últimos 40 anos, tendo também conseguido responder às diversas dúvidas dos parlamentares que recebem as extinções — avaliou.



Nabor considerou positiva a reunião conjunta da CAE, CI e CFC para ouvir o ministro da Integração

Nabor disse que entendeu os argumentos do ministro em favor da extinção da Sudam e da Sudene, principalmente em função de

Bezerra haver demonstrado as várias distorções que têm ocorrido nesses dois órgãos, especialmente no mecanismo de aplicação da política de incentivos fiscais que, segundo o senador, precisa passar por sérias revisões.

Em aparte, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) disse que também estava seguro quanto à pessoa escolhida para conduzir as mudanças das duas superintendências, elogiando o caráter e a capacidade do ministro Fernando Bezerra. Já o senador Carlos Wilson (PPS-PE) observou que, apesar das distorções na concessão de incentivos fiscais e financeiros, a Sudam e a Sudene deram uma importante contribuição ao desenvolvimento regional.



Para Eduardo Siqueira Campos, aplicações do FNO no Tocantins são um reconhecimento

Eduardo saúda aplicação de recursos do FNO no Tocantins

Dos recursos aplicados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no ano passado, R\$ 200 milhões, cerca de 28% do total foram investidos em empreendimentos no estado do Tocantins. Esse resultado foi registrado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que observou nele “o reconhecimento pelo esforço de desenvolvimento do povo tocantinense na construção do seu futuro”.

O senador também destacou o fato de as verbas liberadas pelo FNO priorizarem micro e pequenos empresários tocantinenses. Segundo relatório do Banco da Amazônia (Basa), que administra o fundo, dos 6.193 projetos aprovados em 2000, 5.106 (82,45%) situaram-se na primeira categoria e absorveram 28,31% dos recursos totais. Já a aprovação a pequenos empreendimentos, beneficiados com 15% das aplicações gerais do FNO no estado, somou 566 (9,14%).

Em relação aos grandes projetos, 53 foram contemplados pelo fundo no Tocantins, representando 31,76% das verbas disponíveis. Baseado na média dos investimentos liberados em cada categoria, Eduardo afirmou que os empreendimentos atendidos não podem ser considerados concentradores de recursos.

Tasso Rosado quer apoio do Senado a Fernando Bezerra

Em discurso em Plenário, o senador Tasso Rosado manifestou seu apoio e solidariedade ao ministro da Integração Nacional, o senador licenciado Fernando Bezerra. Rosado pediu aos colegas que dêem a Bezerra o suporte necessário para que consiga empreender as reformas necessárias em seu ministério.

— Não posso deixar de manifestar meu estímulo a um homem público da melhor estirpe, que tanto honra o Rio Grande do Norte e o Brasil. O ministro-senador é merecedor de apoio e de solidariedade principalmente de quem, como eu, o conhece de perto há muitos anos — declarou.

Rosado destacou que Bezerra determinou a realização de sindicância nas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), comunicando ao presidente da República que os culpados deveriam ser punidos. Além disso, conforme o senador, Bezerra avaliou que as superintendências deveriam ser reformuladas, substituídas por agências de fomento modernas e enxutas.

Tasso Rosado, que é o segundo suplente de Bezerra — o primeiro, Agnelo Alves, foi eleito em 2000 prefeito de Parnamirim —, fez um histórico da vida política do ministro, que, depois de formado em Engenharia Civil, ocupou diversos car-



Tasso Rosado diz que Bezerra está fazendo as reformas necessárias em seu ministério

gos públicos. Ele informou que Bezerra presidiu, de 1970 a 1994, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, chegando, em 1995, a presidente da Confederação Nacional das Indústrias.

Rosado lembrou que Bezerra, como suplente do senador Garibaldi Alves Filho, assumiu uma cadeira no Senado quando o titular foi eleito governador, em 1991. Em 1998, continuou, Bezerra elegeu-se senador, com mais de 52% dos votos válidos, para um mandato que se encerra em 2006.

— Por tudo isso, exaltando os méritos, a firmeza de caráter, o tirocínio administrativo, a honestidade e a disposição de luta de Fernando Bezerra, é que solicito apoio ao ministro — concluiu.

Pontes defende manutenção e cita benefícios para o Nordeste

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) defendeu a manutenção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como órgão de fomento da região. Ele disse acreditar que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, irá reavaliar o processo de extinção do órgão. A revisão da decisão seria, na opinião do senador, a maior homenagem que se poderia prestar no ano em que se comemora o centenário de nascimento do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, em cujo governo a Sudene foi criada.

“Não se pode, da noite para o dia, fechar as portas de uma instituição que tem dado grande contribuição para diminuir os índices de pobreza do Nordeste por meio de investimentos, geração de empregos e renda”, afirmou. Pontes acrescentou que, se há irregularidades a investigar na Sudene — argumento usado em defesa da extinção da autarquia —, a saída não é acabar com “essa alavanca do progresso regional”, mas identificar e punir os culpados.

Para sustentar sua posição em favor da Sudene, Luiz Pontes fez um balanço das realizações do órgão ao longo de quase 42 anos de existência. Nesse período, os investimentos globais giraram em torno de R\$ 15 bilhões, o que permitiu, por exemplo, que a participação da eco-



Luiz Pontes classifica a Sudene de “alavanca do progresso regional”

nomia nordestina no Produto Interno Bruto (PIB) nacional passou de 13,2% em 1960 para 16% em 1997. Enquanto o setor industrial registrou crescimento de 22,1% para 47,4%, o segmento de serviços contabilizou um salto de 24,7% para 63,4% nesses 37 anos.

— São intermináveis listas de números que demonstram a mudança do perfil socioeconômico nordestino determinada pela atuação da Sudene — declarou Pontes.

O senador informou que, atualmente, a autarquia atua em uma área correspondente a 20,6% do território nacional, beneficiando 1.953 municípios espalhados pelos nove estados do Nordeste e pelo norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.